



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO ESPECIAL Nº 1832809 - SP (2019/0246642-4)

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**RECORRENTE** : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS  
**ADVOGADOS** : RENATA MOLLO DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP179369  
JOÃO ALBERTO CAIADO DE CASTRO NETO - SP207971  
GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894A  
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - SP169709  
NATHALIA CARDOSO DE SOUZA - SP319145  
**RECORRIDO** : GIL VICENTE FILHO  
**ADVOGADOS** : JOSÉ HENRIQUE COELHO E OUTRO(S) - SP132186  
PAULO CÉSAR COELHO - SP196531

### EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. INCORPORAÇÃO DE VANTAGEM NÃO PREVISTA NO RESPECTIVO PLANO DE BENEFÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cuida-se, na origem, de ação de revisão de benefício de suplementação de aposentadoria.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. O recurso especial não pode ser conhecido quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal supostamente violado pelo acórdão recorrido.
5. É vedado o repasse de abonos e vantagens de qualquer natureza para os benefícios em manutenção, não sendo possível a concessão de verba não prevista no correspondente plano de benefícios, à míngua da necessária fonte de custeio. Precedente da 2ª Seção.
6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

### DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS, com fundamento, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 03/08/2016.

Concluso ao gabinete em: 26/08/2019.

Ação: de revisão de benefício de complementação de aposentadoria, ajuizada por GIL VICENTE FILHO em face da recorrente, visando à incorporação da rubrica

denominada “VPDL 1971” em seu salário de participação, com os reflexos na renda mensal inicial do benefício.

Sentença: julgou parcialmente procedente o pedido, para determinar à recorrente que proceda ao recálculo do valor do benefício, considerando a rubrica “VPDL 1971”, descontando o valor de contribuição que sobre ela deveria ter incidido e com a aplicação do fator multiplicador de 0,9. Condenou a recorrente, ademais, ao pagamento das respectivas diferenças, observada a prescrição quinquenal e, por fim, declarou a sucumbência recíproca das partes.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta pela ora recorrente, apenas para determinar, no recálculo do benefício, as regras vigentes no momento em que o participante se aposentou, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 482):

"PREVIDÊNCIA PRIVADA. COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PATROCINADORA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL QUE NÃO ALCANÇA AS PRESTAÇÕES PAGAS NOS CINCO ANOS ANTERIORES À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO. REAJUSTAMENTO DO BENEFÍCIO. REGRA VIGENTE NA OCASIÃO DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA. PL-DL-1971 QUE PASSOU A INCORPORAR OS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO COM OS LUCROS DA EMPRESA. REAJUSTE DEVIDO, MEDIANTE DESCONTO DAS CONTRIBUIÇÕES CORRESPONDENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO”.

Embargos de declaração: opostos pela recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 3º da LC 108/01, 18 e 69, § 1º, da LC 109/01, 6º, § 1º, da LINDB, 236, 535, 552 e seguintes do CPC, bem como da Súmula 291/STJ. Sustenta que: (i) o prazo de prescrição quinquenal deve ser contado a partir da concessão do benefício, atingindo o fundo de direito; (ii) não é devida a inclusão da parcela denominada “PL-DL 1971” nos cálculos do benefício, por se tratar de distribuição de lucros; (iii) a inclusão da rubrica fere o equilíbrio atuarial do plano, haja vista a ausência de fonte de custeio, além de violar o ato jurídico perfeito e o princípio “pacta sunt servanda”.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação de enunciado de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de

súmula ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pela recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 236, 535, 552 e seguintes do CPC. Além disso, apesar de invocar a prescrição do fundo de direito na hipótese dos autos, não indicou a recorrente qual dispositivo legal teria sido supostamente violado pelo aresto.

Assim, o conhecimento do recurso especial quanto ao ponto é inadmissível, ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da vedação de repasse de abonos e vantagens

O TJ/SP, ao entender pela inclusão das parcelas recebidas a título de PL/DL 1971 no salário de participação, contrariou o entendimento do STJ no sentido de que é vedado o repasse de abonos e vantagens de qualquer natureza para os benefícios em manutenção, não sendo possível a concessão de verba não prevista no correspondente plano de benefícios, à míngua da necessária fonte de custeio. Nesse sentido: REsp 1.425.326/RS, 2ª Seção, DJe de 01/08/2014, julgado na sistemática dos recursos especiais repetitivos.

Outrossim, a orientação desta Corte é firme no sentido de que, na ausência de incorporação da verba referente ao PL/DL 1971 na base de cálculo para a contribuição do participante para a PETROS, não é possível sua inclusão no cálculo da renda mensal inicial do benefício. Nesse sentido: AgInt no AREsp 724.681/RJ, 3ª Turma, DJe 13/03/2019; AgInt no REsp 1.665.859/SE, 3ª Turma, DJe 29/06/2018 e AgInt no REsp 1.839.708/SP, 4ª Turma, DJe 17/02/2020.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, para julgar improcedente o pedido inicial.

Em razão da sua sucumbência, condeno o recorrido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da causa.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente,

poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora